

Quatro anos com reeleição

21 OUT 1967

FOLHA DE SÃO PAULO

Chegou a Comissão de Sistematização ao fim do capítulo relativo aos "Direitos Políticos". Se não conseguiram, nesta área, superar descabimentos anteriores — até o momento o capítulo dos "Direitos Sociais" continua, em termos de despropósitos, imbatível —, os parlamentares, há que se reconhecer, nada fizeram para aperfeiçoar o que já existe. Reincindindo nos mesmos equívocos em vigor, decidiram, primeiro, pela manutenção do voto obrigatório e, agora, pela permanência do veto à reeleição do presidente da República, dos governadores de Estado e dos prefeitos municipais.

Imaginam que o impedimento de um segundo mandato contribui para a moralidade política. Enganam-se. Criam apenas frustração entre o eleitorado. Afinal, o homem público que concorre ao cargo que já ocupa submete-se ao mais transparente e verdadeiro dos julgamentos: se fez um bom governo — e assim foi reconhecido —, não há justificativa ética para que seja impedida a sua recondução; se descontentou os eleitores, a derrota nas urnas será o veredicto inexorável.

A Folha já se manifestou mais de uma vez pelo regime presidencialista, pelo mandato de quatro anos e pelo direito a uma reeleição, por entender que assim o poder político estaria mais próximo de quem deve estar: do eleitorado. O veto constitucional à reeleição do presidente, dos governadores e dos prefeitos é uma típica e indébita interferência na vontade da população. Deseduca e, mais do que isto, mantém uma aparência de moralidade que, na prática, acaba não existindo. Aquele que se dispõe a fazer

uso da máquina pública em benefício próprio, certamente não deixará de fazê-lo em benefício do sucessor por ele escolhido. É o que acontece corriqueiramente no Brasil, sob o manto da impunidade.

Impõe-se ao país, ao longo deste processo de institucionalização de uma nova ordem, o desafio de estabelecer regras eficazes, no âmbito da legislação ordinária, que bloqueiem os abusos do poder econômico e político nas disputas eleitorais. Isto significa, em última instância, promover a liberdade de escolha do eleitorado. De fato, eleição após eleição, verificam-se as mesmas irregularidades, o descontrole absoluto das despesas com a propaganda, o empreguismo e os esforços ilegítimos e incontidos do aparelho estatal em favor de determinadas candidaturas. Está aí o solo fértil para o fisiologismo, a distribuição de cargos, o inchamento desmedido do Estado.

Não será, por certo, o volume de regras que irá pôr fim a tais abusos, mas sim o disciplinamento técnico, preciso e eficiente, do que pode ou não ser feito durante as eleições. É indispensável uma Justiça Eleitoral melhor aparelhada, livre do emaranhado de normas existentes.

Se dependesse de quantidade de regulamentos, o Brasil teria hoje — em todas as áreas — um regime irrepreensível e invejável. Mas não tem. Ao contrário, o anacronismo burocrático acaba estimulando o inevitável: o mais puro, sistemático e tolerado desrespeito à legislação.